

O fenômeno psicossocial e o problema de sua proposição

José Moura Gonçalves Filho

Por que o adjetivo *social* para fenômenos psicológicos? Por que falamos em fenômenos *psicossociais*? Haverá fenômeno cuja inteligibilidade não exija espessar suas determinações sociais? E haverá fenômeno que deva ser interpretado sem que a interpretação considere o lugar social do intérprete? Todo fenômeno, exigindo atenção sobre suas determinações e sobre o ponto de vista de seus intérpretes, não exigirá atenção social?

Um fenômeno, no modo como se manifesta, inclui a visada daqueles para quem houve manifestação. O fenômeno e a visada reclamam-se mutuamente. Um fato aparente, no modo como aparece, inclui a perspectiva daqueles para quem houve aparição. Um fato inclui aqueles que o testemunham: o pendor das testemunhas participa da coisa testemunhada. Inversamente, incluídos no campo do fato e movendo-se em seu meio, sentimos atrações e pressões que nos superam, vivemos uma influência como que externa e que mais ou menos dirige nossos testemunhos. Mas eis o assunto que mais especificamente impõe-se aqui: condições sociais parecem informar assiduamente o fenômeno e o ângulo pelo qual o vivemos. E parecem informá-los, o fenômeno e o ângulo, simultaneamente.

Um fato, se o tomamos mais objetivamente, pelo lado das coisas, parece socialmente lavrado. Condições sociais parecem ter atuado na gênese do fato, operando sobre seu aspecto, finalmente, mais insistente e, então, sobre sua estrutura ou esquema assumido por sua organização mais definitiva. Também se o tomarmos mais subjetivamente, pelo lado dos que o testemunharam, condições sociais parecem também informar o ângulo pelo qual o fato foi vivido. Condições sociais parecem reconhecíveis na posição daqueles para quem e com quem o fato foi formado. As pessoas movem-se por posições no mundo, tornam-nas suas, assumem-nas como próprias. As pessoas encarnam suas posições. Também mudam de posição e, muitas vezes, participam bem ativamente do surgimento do fato ou de

sua alteração: as ações livres, nessas vezes, vencem os comportamentos gregários ou viciados. As pessoas ganham em grupo e nele repisam inclinações de afeto ou opinião, aquilo que caracteristicamente chamamos de atitudes. O deslocamento de posições muito compartilhadas para posições inéditas e mais solitárias altera atitudes. Essas mudanças de posição e atitude implicam mudanças de percepção, mudanças de opinião e podem acompanhar ou iniciar mudanças de fato.

Estes assuntos são controversos. Abrem logo um problema. Abrem dificuldades epistemológicas, que estão entre as mais difíceis de enfrentar e solucionar, pois costumam pedir igual distância de condutas objetivistas ou subjetivistas, o que, por sua vez, pode pedir uma revisão crítica e mesmo alteração das noções de sujeito, objeto e objetividade.

Não nos furtemos a estes assuntos e ao problema. Busquemos, entretanto, tomar o problema sob forma didática. Os recursos didáticos ligam-se algumas vezes a posturas epistemológicas já cristalizadas, não mais interrogadas: os recursos didáticos ocasionalmente ilustram soluções epistemológicas sem mais retomar a formação dessas soluções. Mas recursos didáticos podem tornar-se fecundos: podem trazer para o meio de nós a imagem ou a narrativa de um fato instigante, pois que abre algum problema de interpretação. Revivemos, então, o fato e o problema de interpretação que levanta. O fato e o problema aberto podem reencontrar soluções teóricas de grande envergadura teórica, mas retomando o que as tornou necessárias e um caminho que a elas conduz outra vez. E recursos didáticos podem, às vezes, atingir um máximo de fecundidade: podem trazer problemas não resolvidos. São horas em que o fato assinalado é tão instigante quanto desconcertante.

Vou arriscar ser didático: vou partir de um fato, um certo fato, um único fato, bem singular. Um. Mas, assim mesmo, desejaria que fosse capaz de mais ou menos comunicar-se com outros fatos: ou seja, desejaria partir de um exemplo. Os exemplos são fatos testemunhados e lembrados ou fatos imaginados e verossímeis, mas fatos que sejam notados como modelos e alavancas: ou seja, são fatos capazes de levantar problemas próprios e soluções ali pertinentes tanto quanto lançar-nos para fatos parentes, lá inspirando a percepção de problemas e também os trabalhos de alguma solução. Os exemplos distinguem-se por seu poder heurístico.

Para as finalidades deste texto, vou, então, partir de um fato muito bem inventado, valendo-me como exemplo de uma peça publicitária que pretendia dar divulgação a um jornal londrino. Recordemos as etapas do filme.¹

1 Depois de entregar ao leitor a lembrança e a discussão seguintes, topei pela internet com o filme nunca mais revisto. Era de 1986 e havia só uma vez feito a experiência de seus poucos trinta segundos. O que até ontem guardava dele, devo admitir, era menos lembrança do que paráfrase. Minha falha memória afastara-se dele quanto a certos aspectos, conferindo-lhe posições. Ainda assim, foi ele a guiá-la. Portanto, imaginação, mais que memória, foi trazida aqui ao leitor, mas me parece fiel ao argumento do velho e bom filme.

Considere o leitor o que vimos. Inicialmente, a tela escura. Então, abre-se a imagem característica de um velho *gentleman* sobre uma calçada: o homem levava chapéu-coco sobre cabelos brancos e, encapotado contra o frio, trazia também um guarda-chuva. Parecia à espera de alguém. Via-se atrás dele uma imensa porta, luxuosamente emoldurada, lembrando a entrada de bancos opulentos ou hotéis grã-finos. Subitamente, um jovem rapaz aparece correndo, vem pelo lado esquerdo, esbarra no velho e ambos caem atabalhoadamente. A tela escurece por instantes e ficamos com a impressão de um acidente, um encontrão, um choque casual e lamentável entre um jovem apressado e um velho desprevenido.

Abre-se outra vez a cena, a mesma cena desde o início. Mas agora a câmera havia se deslocado para a esquina direita e fazia ver o velho em perfil. Atrás dele, os sinais da grande porta, e víamos desde já o jovem, antes de correr, parado na esquina esquerda. O rapaz, então, mira o velho fixamente e parte em direção ao cavaleiro como quem pretendesse deliberadamente atingi-lo e derrubá-lo. A tela mais uma vez escurece e, neste momento, somos tomados pela surpreendente percepção de um golpe, o revoltante golpe de um jovem robusto contra um velho indefeso.

Mais uma vez, abre-se a cena. A câmera retomou a visão frontal, embora recuando muito, de modo que vemos desde já o prédio inteiro, definitivamente um hotel. Vemos o pobre velho postado na calçada, vemos o jovem que irá agredi-lo, mas, nova surpresa, vemos então um piano pender de uma janela ao alto, bem ao ponto de desembaraçar-se de uma corda e cair sobre o velho azarado. O jovem, agora o notamos melhor, olha rapidamente para o alto, atina com o desastre iminente, corre e empurra-se com o velho para longe do trecho em que o piano vai se esmigalhar. Uma ação de socorro! A tela fecha-se escura pela última vez e lemos em maiúsculas brancas: “A NOTÍCIA POR TODOS OS ÂNGULOS”. Abaixo, em letras sóbrias, o nome do jornal propagandeado.

Afinal, diante de que fato estamos? Um acidente casual, um ataque intencional ou um comovente salvamento? Algumas ideias podemos conceber e, no quadro deste exemplo, parecem justificadas. Entre elas, quem sabe, as seguintes:

- A terceira manifestação da cena parece incluir as duas primeiras e superá-las. É a mais complexa das três, a mais rica em relações: capaz de dar a verdade limitada e provisória das duas primeiras, relativizando-as. A terceira cena afirma, infirma e excede as duas primeiras, em favor de uma manifestação mais decisiva e duradoura. Coisa semelhante se pode sustentar sobre a segunda cena relativamente à primeira.
- O ponto de vista do observador participa do fato manifesto: um esbarrão ao acaso, um golpe ou a prestação de socorro são manifestações dependentes do lugar do observador na situação em que o acontecimento transcorre. O observador é não só ligado às suas atitudes. É ligado à posição de seu corpo

no observatório. Os sentidos da cena são dependentes de mediações corporais. O corpo participa da inteligência do mundo e de seus desdobramentos, indicando participação até mesmo nos desdobramentos que aparentemente muito se afastariam de balizas sensoriais.

A participação do observador na constituição da cena e de seus sentidos não é suficiente para o que seria uma afirmação, afinal, não garantida: os sentidos da cena são construídos pelo observador. O mais plausível e que parece sustentável é que os sentidos da cena se constituem com o observador, e não independentemente. E a posição cênica do observador correspondeu, em cada caso, a um lugar objetivo em que sua visão formou-se e mais ou menos cresceu: representa, literalmente, um ponto de vista, um lugar no mundo e não uma fabricação do sujeito. Um lugar encontrado ou buscado pelo sujeito, assumido ou recusado (nessa medida, subjetivo), mas não um lugar constituído unilateralmente pelo sujeito.

A matriz de sentido não parece concentrada em nenhum ponto da cena, em nenhum elemento isolado, numa pessoa ou numa coisa, no observador ou na coisa observada, mas parece vibrar entre todos, nos intervalos e vínculos entre pessoas, entre coisas, entre pessoas e coisas. Daí que se poderia sugerir que a matriz de sentido está em “campo”, emprestando-se o conceito como recebido da Psicologia da Gestalt.

A noção de campo pede incluir e limitar o poder do sujeito na constituição de sentido. O sujeito ganha traço tradicionalmente reservado ao objeto: a participação passiva, não só ativa, na constituição de sentido.

A noção de campo pede incluir e limitar o poder do objeto, na constituição de sentido. O objeto ganha traço às vezes tradicionalmente reservado ao sujeito: a participação ativa, não só passiva, na constituição de sentido.

Há, portanto, reversibilidade entre sujeito e objeto, e a diferença entre eles pede novas razões pelas quais se faça pensar. Há casos de quem renovou e de quem abandonou, em ciência, filosofia e religião, as noções de sujeito e objeto.

- A experiência de três manifestações de uma mesma cena parece admitir uma ideia de objetividade que talvez seja recomendável assim formular: caráter das proposições cada vez mais retiradas do exame estrutural e variado da cena.

Um sentido parecerá tanto mais objetivo quanto mais respeitar os valores assumidos pelos elementos cênicos segundo sua posição na ordem mais ou menos móvel do conjunto.

Um sentido parecerá tanto mais objetivo quanto mais esposar, reunir, trocar e superar pontos de vista parciais e os seus sentidos, buscando, incansavelmente, algum ponto sintético do qual possa retirar um sentido maior que, aproveitando proposições preliminares, prepare proposições mais decisivas, embora nunca definitivas. A variação de pontos de vista dá em proposições menos insólitas, sem nunca presumir coincidência entre proposições últimas e a verdade.

[Neste ponto é que convido os alunos a considerar o que seria um quarto ou quinto grau de variação significativa da cena, supondo-se mais outros pontos de vista, agora eminentemente temporais. Suponhamos a notícia de que o jovem salvador estava em conluio com outros dois jovens. Providenciaram, os três, a queda oportuna do piano, mas que só viesse a se consumir quando o velho inglês estivesse livre de perigo. Tudo planejado para que se obtivesse uma robusta recompensa do velho. Ou seja, a percepção do fato segundo sua longa preparação no tempo pode revelar astúcia no que parecia gesto desinteressado e amável: o salvamento era simulado e pretendia, veladamente, extorquir um milionário. Mas suponhamos ainda mais: o cavalheiro era, na realidade, um avaro banqueiro que, operando como hábil agiota, havia endividado e explorado um grande número de famílias pobres, aí incluídas as famílias dos três jovens. Ora, os jovens eram, afinal, justiceiros sagazes e de mãos sem sangue.]

- As noções de verdade e relatividade parecem exigir-se uma à outra e assumem uma acepção tão filosófica quanto política.

A relativização da verdade parece impor-se, embora valendo diferentemente de uma licença para abusos especulativos segundo o humor ou caprichos do intérprete. A relativização da verdade parece impor-se tanto quanto a verificação da relatividade. Variando as situações e as perspectivas, a verdade varia, é relativa. Uma cena, variando, faz variar seu sentido. Uma mesma cena, invariável, tem seu sentido variado com a variação de perspectivas pelas quais a compreendemos. Cenas variadas e uma mesma cena podem assumir mais de um sentido, mas nunca sentidos arbitrários: muitos sentidos, mas não quaisquer sentidos.

Ganhamos atenção quando passamos por muitos sentidos válidos. Atenção é o que, de um lado, especialmente ganhamos das iniciativas de diferente habitação corporal de uma mesma cena, fator subjetivo de moderação ou alteração do sentido: as posições do corpo são mais ou menos reguladas pelo encontro e desencontro com outros corpos e, portanto, digamos outra vez, nunca são unilateralmente definidas; todavia, são imprevisíveis e os mais livres deslocamentos do corpo trazem para a cena verdadeiras alterações de sentido.

Vislumbrada, a verdade é valor-limite, sempre derivativo, infinito: vibra por perspectivas que se fazem variar e trocar, tarefa sem fim. Toda afirmação verificada é relativa. E proposição alguma pode arvorar uma coincidência com a verdade, que também pode ser tratada como conceito vazio: a verdade jamais é preenchida; trata-se de um alvo sempre afastado, mas que vemos polarizar a interminável passagem de proposições estreitas para menos estreitas, abraçando crescentemente mais cenas ou mais manifestações de uma mesma cena.

Ocorre que a variação e a troca de pontos de vista são acontecimentos tão gnosiológicos quanto políticos: dependem do direito de agir e falar. Os pontos de vista são tanto mais trocados e tanto mais variam quanto mais os direitos de

tomar iniciativas e de conversar forem estendidos a agentes e interlocutores sem aceção de pessoas. No horizonte das ciências, isto implica tomar os sujeitos de pesquisa, estes atores mais ou menos ativos e mais ou menos passivos, como testemunhas e, nesta medida, como naturais e incomparáveis investigadores do fenômeno tematizado, nele implicados primeiro e mais longamente.

Parece indispensável supor para uma testemunha tanto quanto para o pesquisador a mesma dignidade comunicativa, todos iguais no direito de mover-se pelo fenômeno e dele falar diversamente. Buscaremos imaginarmo-nos uns no lugar dos outros, verificando e formulando o resultado desse intercâmbio. O apuro dessa imaginação vicária pede muitos deslocamentos do pesquisador para o mundo das testemunhas, o deslocamento mais profundo consistindo em entrar em comunidade de destino com as testemunhas; e pede, repetimos, confirmar ou trazer as testemunhas para a posição de investigadores.

Este comércio político não pretende tornar-nos, pesquisadores e testemunhas, equivalentes, mas é condição da passagem de todos nós para pontos de vista mais objetivos, uma condição de ciência. Nossas contribuições são diversas e nosso mútuo enriquecimento é feito da persistente diversidade que acompanha a hora em que finalmente nos tornamos amigos, hora que foi preparada por um cancelamento de desigualdade política ou começo de cancelamento, um cancelamento de dominação, outra coisa que um cancelamento de pluralidade.

Ecléa Bosi, em biografia sobre Simone Weil, anotou um episódio de infância: a menina ouviu de um tio-avô que os nobres italianos seriam gente simples. Imaginem que, numa recepção, um marquês dirigia-se à sua velha ama, tratando-a calorosamente por “tu”, de igual para igual. O tratamento por “tu”, como noutros idiomas, é fórmula de proximidade. A menina não hesitou retrucar com entusiasmo e esperança:

– E a velha ama, ela também tratava por “tu” o marquês?

A igualdade precisa ser decidida pelos dois lados, precisa supor o que se percebe pelo lado das amas.

Voltemos ao problema inicial, a saber: por que o adjetivo *social* para fenômenos psicológicos? Por que falamos em fenômenos *psicossociais*?

Hoje, há muitas maneiras de nos decidirmos sobre o objeto da psicologia. Seguem tenazes e válidas certas decisões, como: o comportamento; a ação; o trabalho; a aprendizagem; a sexualidade humana; os processos cognitivos (a percepção, a memória, a imaginação, o pensamento discursivo, a inteligência, a crença) ou os processos afetivo-cognitivos (os sentimentos; os desdobramentos corporais

e mentais da exposição aos signos, aos enigmas e aos rostos); a loucura; a solidão; a comunidade e a violência; a arte e a recepção da arte; a religião e a mística.

Em certa medida, nenhum desses apareceria por si mesmo como um objeto de psicologia social. Ou digamos positivamente: quaisquer deles podem contar como objetos de psicologia social, desde que tomados sob perspectivas que variem o bastante até alguma apresentação de sua constituição no tempo, constituição biográfica e histórica. A psicologia social reclama alguma forma narrativa na apresentação de seus objetos. Atingindo ou partindo de crônicas muito pessoais, reclama historicidade.

Esta metódica exigência de uma pluralidade de perspectivas até que alcancemos traços histórico-biográficos de manifestação do objeto leva a psicologia social a uma condição fronteiriça, ali onde atendemos, sem parar e imperfeitamente, a uma necessidade de diálogo com antropólogos, sociólogos, economistas, geógrafos, artistas, biólogos, engenheiros, físicos, químicos, médicos e historiadores. A lista de parceiros pode crescer indefinidamente.

Ciência de fronteira ou parceria. E serão imprescindíveis, como já apontamos na primeira parte do texto, os parceiros distinguidos por participação no fenômeno interrogado. É o que traz os psicólogos sociais para perto de testemunhas, depoentes, observadores e pensadores naturalmente implicados na trama e experiência do fenômeno. São cidadãos sobre os quais caiu um destino comum e que foi por eles questionado ou interpretado, neles encontrando, individualmente e também coletivamente, algum sentido, alguma pista de sentido e sempre a baliza de quais sejam os problemas e enigmas a enfrentar. Que sejam eles encontrados não como objetos de pesquisa, mas como indispensáveis interlocutores na interrogação de objetos. São interlocutores em quem a vivência assumiu ou pode assumir algum traço de vivência compartilhada ou experiência. Será pertinente, aqui, um argumento com força de exemplo: não existem, rigorosamente falando, os oprimidos; existem pessoas que carregam e interrogam a opressão, tendo todas e cada uma delas o que dizer.

Daí que em psicologia social seja amiúde encarecida a memória dos atores: o trabalho que realizam sobre lembranças, as lembranças mais solitárias e as lembranças mais ou menos coletivas (apoiadas por grupos de enraizamento, por lugares e objetos). Neste ponto, põem-se alguns temas: as lembranças desembaraçadas e o pensamento; as lembranças amarradas e os estereótipos; a memória sustentada por condições econômico-políticas da convivência urbana ou rural e a memória impedida por condições econômico-políticas da convivência urbana ou rural; as lembranças e os mundos, as lembranças e as ideologias.

A psicologia social propõe-se *eletivamente* uma tarefa. Uma tarefa que, como vimos, é exigida pela manifestação cada vez mais objetiva dos fenômenos: variar perspectivas e conversas até, suficientemente, tomar os fenômenos no tempo da duração

biográfica e da duração histórica, quando mais ganham revelação, tanto quanto alteridade. Eis uma tarefa que seria lamentável restringir a psicólogos sociais, o que a tornaria, afinal, impossível. Trata-se de uma tarefa que os psicólogos sociais, tantas vezes, recebem de outras escolas de psicologia, de outras ciências ou artes e da memória de cidadãos leigos. Trata-se de uma tarefa a fomentar em todo e qualquer exercício de psicologia, praticado ou não por profissionais. Uma tarefa que vale para a caracterização do psicólogo social, mas que não é exclusivamente sua.

Pois bem, a tarefa eletiva levou-nos, muitas vezes, a fazer notar dois tipos de fenômenos:

Há fenômenos cuja inteligibilidade não pode dispensar percepção histórica, ao preço de entrarem em distorção quando tomados sob perspectiva unilateral e sob aspecto abstrato. Há fatos que, tomados imediatamente, na redoma do indivíduo, fazem valer como acidente fortuito ou violência o que é salvamento, fazem valer como malicioso engodo de um velho o que é justiça sem sangue contra um inescrupuloso agiota.

Interpretações distorcidas tornam-se graves, sobretudo, quando vêm completar a desmoralização de pessoas. Certas atitudes ou ações pessoais e coletivas são tomadas sob ângulos que, isolados, vão isolar: roubando mundo e história, vão propô-las como coisas do indivíduo ou de seu grupo, facilmente rebaixando-as como doença, incapacidade ou crime. Coisa mórbida, coisa de néscios ou coisa imoral. Medicalismo, psicologismo e judicialismo dão-se as mãos e semeiam moralismo. Atitudes e ações, sob perspectiva alargada e mais objetiva, revelam coisa bem diferente de uma doença, uma tolice ou um crime. A distorção serve reiteradamente à justificação e exaltação da dominação e dos dominadores.

Houvesse tempo, trataria aqui, como exemplo, de dois problemas referidos à humilhação racial: de cidadãos e cidadãos negros brasileiros (o sentimento de que o golpe racista fosse dirigido à cor da pele e não à cor como signo de alguém visado como representante de um grupo subordinado; e o problema de uma expressão tão ambígua ou sobretudo equívoca: racismo interiorizado, uma ideia que precisa ser reexaminada clínica, política e teoricamente).

Há fenômenos que podemos destacar/assinalar como distintivamente humanos: porque só notados entre nós ou porque, entre nós, são notados em incomparável regime de complexidade e relevância (polarizam motivos e ações). Ocorre que estes fenômenos, indispensáveis para a conquista sem esforço do sentimento de dignidade humana e pessoal, têm em comum, além de contarem com capacidades semiológicas e capacidades éticas (o que haveremos de esclarecer), o fato de não poderem prescindir da companhia de outros humanos para que assumam suficiente realidade e sentido – ou seja, são fenômenos sociais em sentido muito radical (a sociabilidade e a pluralidade humana não se lhes põe como acréscimo secundário, mas como condição necessária, embora não suficiente).

Chegados a este ponto, que deveríamos entender pelo adjetivo *social* associado ao adjetivo *psicológico*? Que os objetos de investigação psicológica exigem, para sua mais segura proposição objetiva, que sejam provados segundo relações. Relações que variam no espaço e que variam no tempo, relações sentidas do lado do objeto e do lado do sujeito.

As relações se põem simultaneamente, podem ser tomadas num quadro simultâneo, aquilo que os linguistas designaram como quadro sincrônico, mas podem também ser tomadas diacronicamente, temporalmente, quando assumem uma mobilidade e uma abertura que fazem perceber algum jogo vivo em todo sistema e um jogo, afinal, capaz de modificação do sistema. As relações dão esquemas de inteligibilidade, esquemas que se tornam historicamente mais ou menos rígidos ou se mantêm vivos, ou seja, maleáveis e mutantes.

O esquema dá distâncias, a posição de elementos em relação aos outros, a simetria e a assimetria; dá o intercâmbio entre eles, a maior ou menor correspondência entre eles, e também os casos de equivalência ou reversibilidade entre eles. Um esquema melódico dá a distância de tons e semitons entre notas, dá também a correspondência entre notas e os casos de linhas melódicas comparáveis, paralelas ou iguais.

O intercâmbio entre elementos, sua correspondência, a comunicação dos elementos, sempre supera a sua esquematização. Os esquemas saem de intercâmbios vivos, muito mais do que servem para vir assinalá-los, abraçá-los e, às vezes, amarrá-los.

E toquemos finalmente numa espécie de impasse de psicologia social. A categoria relação tende a prevalecer sobre os termos do relacionamento, sobre os polos que afinal são representados pelos elementos ou unidades do relacionamento. Há quem decida, então, que relação é nome para o evento mais originário: o movimento primeiro indefinido de relacionamentos precederia a hora em que as relações se sedimentam tanto quanto os seus polos, os seus extremos, a figura dos elementos então percebidos como relacionados. Tudo se passaria como se a figuração dos elementos e sua configuração fossem contemporâneos: as figuras não seriam mais antigas que suas configurações, não seriam precedentes.

Os elementos, entretanto, tomados como perfeito resultado secundário, perfeito e secundário resultado de relação, tendem a ser tomados como evanescentes, como entes evanescentes e até mesmo como nada. Mas há quem tenha, na história contemporânea das ideias (penso em Lévinas), encontrado motivos para afirmação do rosto não como um *elemento*, mas, ainda assim, como um *ente vertical*, isto para apontá-lo aquém e além de sua *identidade*, aquém e além dos *valores horizontais* que assume por relacionamentos e que o identificam como elemento. O rosto como

um ente vertical, mas, ainda assim, outra coisa que nada: uma pessoa. A noção de pessoa representa um limite para a psicologia social, um limite que pode ser desmanchado ou adotado. Um limite que pode ser adotado contra um uso dissolvente e tirânico da noção de relação, talvez puramente especulativo.

O conceito de relação está entre os mais caros, urgentes e indispensáveis para uma psicologia social. Mas é possível não o tomar como um trator e reconhecê-lo em parceria com o conceito de pessoa e com conceitos aparentados ao conceito de pessoa. Isso, entretanto, deixamos para uma outra vez.

Referências

- Arnheim, R. *Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora*. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
- Asch, S. E. *Psicologia social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- Bosi, E. Simone Weil: *A razão dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- Bosi, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- Lévinas, E. *Humanisme de l'autre homme*. Paris: Fata Morgana, 1972.
- Merleau-Ponty, M. *A estrutura do comportamento*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.